



DESAFIOS DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NO ESTADO DO PARÁ

Parceria



República Federativa do Brasil





Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações



Causas & Consequências





Década de 1980

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
instituído para áreas crítica de poluição pela Lei 6.803/1980.



APROVADA A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (LEI FEDERAL 6.938/1981):

Atribuiu aos estados a competência de licenciar as atividades localizadas em seus limites regionais;

Instrumentos para gestão ambiental: criação de áreas protegidas, estudos de impacto ambiental, sistema de licenciamento ambiental, entre outros;

Criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).



Década de 1980

EM 1985, a área de atuação do Ministério Público Federal (MPF) foi ampliada com a Lei 7.347, de Ação Civil Pública, que atribuiu a função de defesa dos interesses difusos e coletivos.



CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988:

Capítulo próprio e autônomo sobre tutela ao meio ambiente (Capítulo VI, art. 225);

Destaca os papéis do Legislativo, Executivo e Judiciário na proteção do meio ambiente;

Define atribuições municipais para defesa do meio ambiente (art. 23, 24 e 30).

CRIAÇÃO do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama - Lei 7.735/1989).



Década de 1990

DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ATIVIDADES que devem fazer EIA-Rima são listadas em Resoluções Conama.

RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997:

Estados podem delegar competência ao município em casos de atividades com impactos ambientais locais;

Determina que o licenciamento deve ser solicitado em uma única esfera de ação;

Conselhos de meio ambiente deliberativos e representativos;

Dispõe sobre procedimento e critérios para o licenciamento ambiental;

Trouxe relação de empreendimentos ou atividades sujeitas ao licenciamento ambiental (Anexo 1);

Define as fases e prazos do procedimento de licenciamento (licenças ambientais prévia, de instalação e de operação).

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS:

Define sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente e infrações e penalidades relativas ao licenciamento ambiental (Lei 9.605/1998).



Década de 2000



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS institui o princípio do protetor-recebedor, conferindo benefícios para aqueles que preservam o meio ambiente (Lei 12.305/2010).

LEI COMPLEMENTAR 140

Fixa norma para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora (Lei 140/2011).

O CÓDIGO FLORESTAL 2012

Uma das inovações da Lei é a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a previsão de implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos Estados e no Distrito Federal (Lei 12.651/2012).

✓ Política Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 5.887/1995)

Criação do Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA (Art.7º)

Objetivos:

- Implementar a Política Estadual do Meio Ambiente (PEMA);
- Controlar sua execução





- ✓ **Política Estadual de Recursos Hídricos Lei nº 6.381/2001**

Deriva da Política Nacional de Recursos Hídricos

- ✓ **Política Estadual de Florestas Lei nº 6.462 de 2002**

- ✓ **Lei Estadual nº 7.389 de 01 de Abril de 2010**

Define as atividades de **Impacto Ambiental Local** no Estado do Pará.

- ✓ **Resolução COEMA nº 120 de Outubro de 2015.**

Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos Municípios, para fins de licenciamento no âmbito do Estado do Pará



O Programa Municípios Verdes foi lançado em março de 2011, por meio do Decreto Estadual nº 54/2011, sob a coordenação da Casa Civil.



O Programa Municípios Verdes (PMV) é um programa do Governo do Pará desenvolvido em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada, Ibama e Ministério Público Federal, com o objetivo de combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e gestão ambiental, com foco em pactos locais, monitoramento do desmatamento, implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estruturação da gestão municipal.

PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES



❖ As 7 METAS dos Municípios participantes :

1. Celebrar o pacto local contra o desmatamento envolvendo a sociedade civil e governanças locais;
2. Criar o grupo de trabalho municipal de combate ao desmatamento ilegal;
3. Realizar as verificações em campo dos focos de desmatamento ilegal e reportar ao programa, MPF e SEMAS;
4. Manter a taxa anual de desmatamento abaixo de 40 Km² (com base nos critérios do Prodes/INPE);
5. Possuir mais de 80% da área municipal cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
6. Não fazer parte da lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios que mais desmatam na Amazônia;
7. Possuir sistema e Órgão Municipal de Meio Ambiente estruturados.



Os municípios são corresponsáveis pela proteção do meio ambiente em conjunto com as demais esferas governamentais e a sociedade.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas)





Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.





Competências e Atribuições das Secretarias de Meio Ambiente

✓ Ordenamento ambiental do território:

- *Disciplina o território segundo diretrizes de abrangência nacional (Código Florestal, Lei de Parcelamento do Solo, Estatuto das Cidades)*
- *Zoneamento ambiental;*
- *Cadastro Ambiental Rural (CAR);*
- *Padrões de qualidade ambiental para ar, água, solo, ruído;*
- *Padrões de construção e de urbanização/capacidade de suporte .*



Competências e Atribuições das Secretarias de Meio Ambiente

✓ Controle ambiental:

- *Licenciamento ambiental;*
- *Alvarás de funcionamento e autorizações;*
- *Fiscalização de atividades e de território e polícia administrativa;*
- *Monitoramento e controle do desmatamento em escala local;*
- *Cadastro de atividades passíveis de licenciamento ambiental municipal;*
- *Padrões de emissão e de qualidade ambiental;*
- *Exigência de prevenção e reparação de dano ambiental;*
- *Instituição e aplicação de sanções;*
- *Adequação ambiental de imóveis e propriedades rurais em parceria com o governo estadual.*

Prestação de serviços na área ambiental:

- *Proteção a recursos ambientais, manejo de ecossistemas e de áreas sensíveis;*
- *Recuperação de áreas degradadas;*
- *Criação e gestão de áreas protegidas;*
- *Gestão de áreas verdes e praças, e arborização de vias públicas.*



Competências e Atribuições das Secretarias de Meio Ambiente

✓ Atividades estratégicas e intersetoriais:

- *Estudos e diagnósticos, produção de indicadores e de normas ambientais;*
- *Sistema de informações ambientais;*
- *Atividades de monitoramento ambiental;*
- *Promoção de práticas sustentáveis;*
- *Atividades de interface com outros setores (transporte, obras, planejamento urbano, fazenda, desenvolvimento rural, outros);*
- *Plano Diretor e instrumentos de desenvolvimento urbano associados (desapropriação, direito de superfície e outros);*
- *Ouros planos de médio-longo prazo (ZEE, plano local de gerenciamento costeiro);*
- *Atividades relacionadas a questões globais (mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, outras);*
- *Captação de recursos e cooperação ambiental;*
- *Educação ambiental.*



Competências e Atribuições: Principais Desafios

✓ Educação Ambiental:

É um processo permanente por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.





Competências e Atribuições: Principais Desafios

✓ Licenciamento Ambiental:

É o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de atividades utilizadoras de recursos naturais.





Competências e Atribuições

✓ Fiscalização Ambiental:



É o procedimento administrativo que consiste em desenvolver ações de controle e vigilância destinadas a impedir a implantação e/ou continuidade de atividades consideradas lesivas ao meio ambiente (sem prévio Licenciamento Ambiental), ou ainda, daquelas realizadas em desconformidade com o que foi previamente licenciado pelos Órgãos que exercem a Gestão Ambiental.



FÓRUM PERMANENTE DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ



FOPESMMA

E-mail: fopesmma@gmail.com

Memória do Processo de organização do Fórum

Encontro de Secretarias Municipais de Meio Ambiente

26 de março de 2015

Pauta da Reunião

- Construção de Padrões para os procedimentos de Gestão Ambiental
- Representação dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente no COEMA.
- Encaminhamentos e definição de próximos passos do grupo de secretários.

2º Encontro de Secretarias Municipais de Meio Ambiente

20 de maio de 2015

Pauta da Reunião

- Propostas para organização de um Fórum de Gestores Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará

Caráter horizontal do Fórum

Tomada de decisões em assembléia
Valorização do papel dos secretários
Diretoria tem função de organização (mais do que espaço de poder)
Aperfeiçoamento progressivo do formato de organização e das normas



18 junho 2015

Definição do caráter da entidade (associação ou fórum)

Debata e aprovação do Estatuto

Eleição da Primeira Diretoria, incluindo 10 diretores regionais

Todas as decisões foram tomadas por consenso!



- Contribuir para o fortalecimento da gestão ambiental municipal
- Apoiar a articulação regional das secretarias municipais de meio ambiente
- Formular políticas compatíveis com as questões de cada região
- Favorecer cooperação e troca de experiência entre os secretários

Objetivos



Princípios da gestão ambiental – indicações para os novos prefeitos

- **Garantir a autonomia das SEMMAs**
- **Apoiar o seu desenvolvimento institucional**
- **Zelar pela estabilidade do corpo técnico da SEMMA**
- **Respeitar a competência técnica no processo de licenciamento**
- **Destinação das taxas ambientais e repasses de ICMs Verde à secretaria de MA**
- **Valorizar e respeitar Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente**
- **Produção e desenvolvimento Sustentável**
- **Atenção aos riscos e consequências de Grandes Empreendimentos**
- **Respeito à diversidade etno-ambiental**

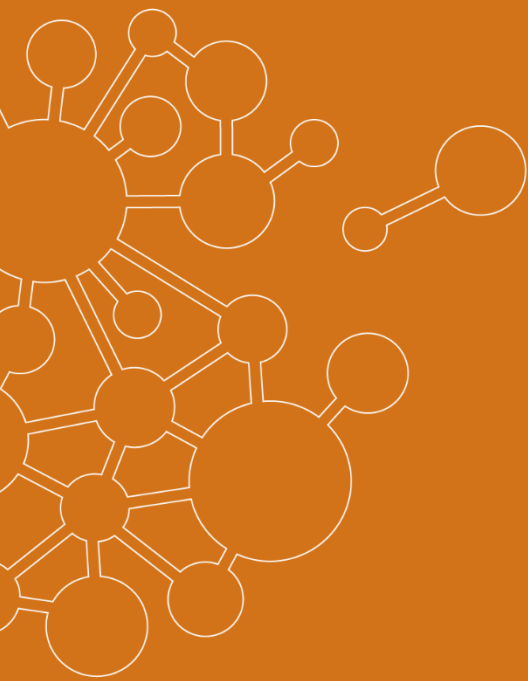
Reuniões Regionais do FOPESMMA





09 de março de 2017 – Tailândia





**PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO
GESTÃO
AMBIENTAL**

✓ Orientação Técnica e Jurídica

Especialistas em direito ambiental, administrativo, tributário e outros ramos do direito à disposição dos Municípios.

✓ Acervo de Notas Técnicas

50 notas técnicas distribuídas em três volumes temáticos:

- Política Municipal e Instrumentos de Gestão do Meio Ambiente:

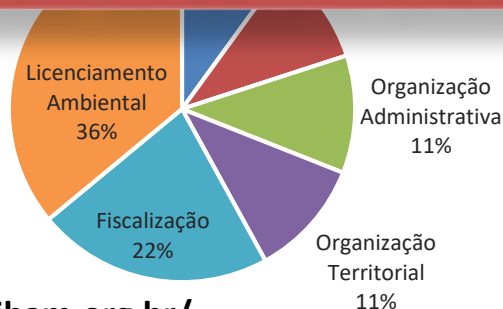
Municípios do Pará

698 solicitações de pareceres jurídicos inéditos

1423 *downloads* do acervo técnico disponível na biblioteca do PQGA

1173 *downloads* do acervo técnico disponível em área restrita, para indivíduos cadastrados

535 pessoas de 107 Municípios do Pará se cadastraram e podem solicitar orientação jurídica e acessar todo o acervo técnico do IBAM.



(Notas Técnicas)

Esta Nota Técnica trata da estruturação, na escala municipal da Amazônia, de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, que já se convencionou chamar de PSA. Prioriza-se o Programa Produtor...

[Saiba mais >](#)



Guia Prático para Implantação de Piscicultura Familiar na Amazônia

(Notas Técnicas)

Esta Nota Técnica tem como principal objetivo fornecer orientações de como realizar a produção de peixes no âmbito da agropecuária familiar em Municípios do bioma Amazônia...

[Saiba mais >](#)



**PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL**

Recadastre o seu Município no PQGA

Após as eleições de 2016, ocorreram mudanças nas equipes das prefeituras e de suas secretarias. **Recadastre os gestores e técnicos** do seu município para continuar aproveitando os **benefícios gratuitos** do PQGA:



21 997551445

Patrícia



Já está disponível o **novo** canal de relacionamento do PQGA.

**PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL**

- ☎ Capacitação em Gestão Ambiental;
- ☎ Encontros com o Poder Legislativo;
- ☎ Orientação Técnica e Jurídica;
- ☎ Descentralização da Gestão Ambiental;
- ☎ E outros serviços.

Ligue
0800 730 0007

Totalmente gratuito



Boas Práticas de Gestão Ambiental

Conheça o acervo de
iniciativas inscritas no
Prêmio.

Acesso Rápido

Selecione ▼

Login

Senha

Entrar

O programa oferece Cursos de Capacitação gratuitos para o seu município.

Inscriva-se



✓ Publicação Boas Práticas e Banco de Dados

A publicação *Boas Práticas de Gestão Ambiental Bioma Amazônia* apresenta as 10 práticas premiadas na 1ª edição do Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia, e identifica as 51 agraciadas com certificado de reconhecimento de mérito.



O Banco de inscritas que e

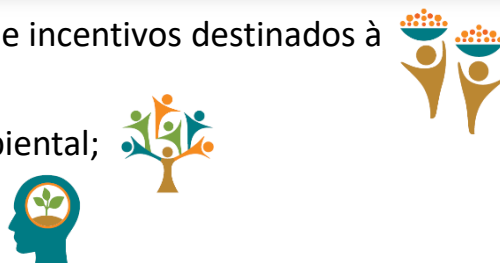
Municípios do Pará

4 práticas agraciadas com o Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia

16 práticas certificadas por reconhecimento de mérito

50 práticas inscritas

- Ordenamento
- Monitoramento, controle e recuperação ambiental,
- Produção sustentável e incentivos destinados à conservação;
- Governança socioambiental;
- Educação ambiental.



✓ Encontros com o Poder Legislativo Municipal

Encontros com integrantes do Poder Legislativo sobre a importância dos temas ambientais, da sustentabilidade e outros tópicos de interesse para o exercício da vereança.

<http://www.amazonia-ibam.org.br>



Orientação Técnica e Jurídica aos Governos Municipais saiba mais

Orientação Jurídica

Para proporcionar mais agilidade e segurança jurídica na tomada de decisão, o PQGA coloca a disposição de gestores e técnicos municipais uma equipe de especialistas em direito ambiental, constitucional, administrativo, tributário, financeiro, dentre outros ramos do direito público e privado para prestar todos os esclarecimentos jurídicos necessários sobre as demandas do dia a dia da Secretaria de Meio Ambiente e dos demais órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Faça aqui uma solicitação de Parecer Jurídico

O que é um parecer?

Solicite abaixo pareceres jurídicos de forma gratuita, com a garantia que todas as suas informações serão preservadas.

Digite aqui sua consulta...

Enviar

Área restrita

E-mail

Senha

[Esqueci minha senha](#)

Entrar

Ainda não Possui cadastro?

Faça já a adesão de seu Município ao programa e comece a usufruir dos benefícios.

Cadastrar

Notícias

✓ Curso “O Vereador e a Câmara Municipal” Novo !



✓ Publicação – Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município



✓ Publicação – O Vereador e a Câmara Municipal



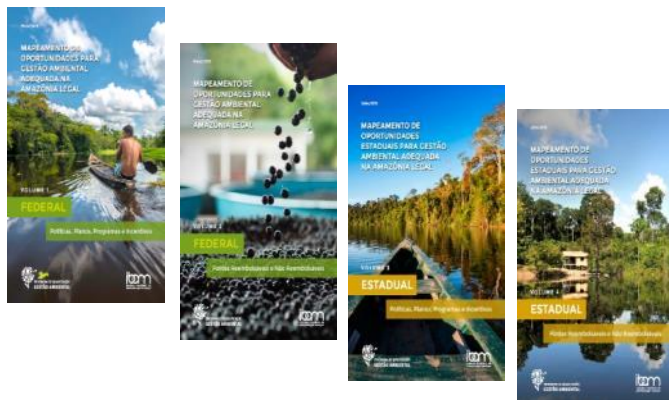
Disponível na **Biblioteca** do site do PQGA
<http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca>

✓ Mapeamento de Oportunidades na Amazônia

O Banco de Dados e a Publicação digital apresentam políticas, planos, programas, projetos, incentivos econômicos, assim como financiamentos relacionados à gestão ambiental nas esferas federal e estadual.

Disponível na Biblioteca do PQGA!

<http://www.amazoniabam.org.br/biblioteca/>



✓ Descentralização da Gestão Ambiental

FOPESMMA – Criação em junho de 2015

Troca de experiências e planejamento de ações integradas entre secretários municipais de meio ambiente do PA



Padronização do Licenciamento CIDS-Xingu

Procedimentos e guias de referência para os Municípios e padronização para TR das atividades de impacto local





Capacitação em Gestão Ambiental

Cursos gratuitos em
educação a distância.
Inscreva-se.

Acesso Rápido

Selecione ▼

Login

Senha

Entrar

O programa oferece Cursos de Capacitação gratuitos para o seu município.

[Inscreva-se](#)



Cursos oferecidos pelo PQGA

Público alvo: Gestores(as) e equipes técnicas / Vereadores(as) e assessores / representantes de organizações da sociedade civil.

Cursos inteiramente gratuitos aos Municípios em apoio ao fortalecimento da gestão local.

Modalidade: Educação a Distância (EAD)

- Carga horária de 30 horas em até 45 dias
- Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma *Moodle*)
- Material didático - apresentação interativa, caderno de estudos, fórum de discussão *online*
- Gestão acadêmica com tutores especializados
- Avaliação e Certificação
- Capacitação continuada para os egressos em Comunidades de Aprendizagem

1. Bioma Amazônia e Desmatamento
2. Cadastro Ambiental Rural
3. Capacidades Municipais para a Gestão ambiental
4. Controle do Desmatamento no Município
5. Execução e controle orçamentário-financeiro
6. Gestão Ambiental Municipal
7. Gestão Financeira Municipal
8. Instrumentos para Gestão Ambiental
9. Introdução à Geotecnologia
10. Licenciamento Ambiental Municipal
11. Manejo para a Conservação Florestal
12. Organização do Governo Municipal
13. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
14. Política Nacional de Meio Ambiente
15. Sistema de Convênios – SICONV
16. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR
17. Vereador e a Câmara Municipal

Formas de acesso dos participantes aos cursos: *online* e *mobile*

Minha página inicial / Meus cursos

Redefinir a página para o padrão Parar de personalizar esta página

Todos os Cursos

MEUS CURSOS

Curso	Identificador
Cadastro Ambiental Rural	CAR15.09.404.0004
Introdução à Geotecnologia	GEOTEC15.09.405.0004
Organização do Governo Municipal	OGM15.06.414.0002
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	OGM15.06.414.0002

<http://www.amazonia-ibam.org.br/linhas-de-acao/capacitacao-em-gestao-ambiental>

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

Agora ficou ainda mais simples fazer os cursos EAD do PQGA

Já está disponível o novo aplicativo do Moodle Mobile para Smartphones e Tablets

Prático e gratuito.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play

download.moodle.org/mobile

✓ Capacitação em Gestão Ambiental

Oportunidade para profissionais

17 Cursos de capacitação em distância

33 novas

Novidade
Municipal

A pré-inscrição pode ser feita pelo link:

<http://www.pqqa.ibam.org.br/capacitacao>



✓ Comunidades de Aprendizagem

- Comunidades temáticas, desdobramentos dos Cursos de Capacitação.



Municípios do Pará

Capacitação em gestão ambiental

994 certificações de indivíduos de instituições públicas

566 certificações de indivíduos da sociedade civil

Comunidades de Aprendizagem por UF (CAs)

CA Secretários – 91 Secretários

CA Técnicos – 101 participantes

Obrigada!

Susany Nery

susany.nery@ibam.org.br

contato-amazonia@ibam.org.br

Tel (21) 2536-9797 | (21) 2142-9797

0800 730 0007

Rua Buenos Aires 19,
Centro - Rio de Janeiro RJ
20070-021

CNPJ: 33.645.482/0001-96

www.amazonia-ibam.org.br/



PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO
GESTÃO
AMBIENTAL



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

